



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MATO GROSSO

VII PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA RECRUTAMENTO
DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR EM COMUNICAÇÃO
SOCIAL/JORNALISMO E DIREITO E DE NÍVEL MÉDIO EM
SECRETARIADO

CADERNO DE PROVAS - DIREITO

Nome: _____ CPF _____
Nº. Inscrição _____

INSTRUÇÕES AOS CANDIDATOS:

- Tempo de duração da prova: 05 horas;
- Não é permitida qualquer espécie de consulta;
- O cartão de respostas deverá ser preenchido sem rasuras à caneta esferográfica cor azul ou preta.
- O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu Cartão de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da correção

Confira:

- 01 Cartão de respostas - Preencha com seu **nome, número de inscrição e CPF**;
- Número de páginas do caderno de provas: **14** incluindo esta;
- Número de questões:
 - **30 questões Objetivas**
 - **02 questões Subjetivas**

Observações:

- A parte subjetiva da prova deverá ser identificada apenas com o nº. da inscrição;
- Os últimos três candidatos só poderão deixar a sala de prova em conjunto, mesmo que apenas um dos três esteja ainda realizando a prova.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PARTE OBJETIVA

- 1) Sobre os direitos e garantias individuais, previstos no artigo 5º da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:
 - a) As entidades associativas, mesmo quando expressamente autorizadas, não têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
 - b) A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa indenização em dinheiro apurada após o devido processo administrativo, ressalvados os casos previstos nesta Constituição.
 - c) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do artigo 84, XIX.
 - d) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

- 2) A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem, por fim, assegurar à todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. Não fazem parte dos princípios da ordem econômica:
 - a) Soberania nacional e propriedade privada;
 - b) Função social da propriedade e livre concorrência;
 - c) Independência nacional e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
 - d) Defesa do consumidor e redução das desigualdades regionais e sociais;

- 3) Sobre as vedações aos membros do Ministério Público é INCORRETO:
 - a) Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;
 - b) Exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, inclusive uma de magistério;

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- c) Exercer a advocacia;
 - d) Administrar de sociedade comercial, na forma da lei;
- 4) Sobre os direitos reconhecidos aos índios, é INCORRETO:
- a) Os direitos sobre as terras que transitoriamente ocupam;
 - b) Sua organização social;
 - c) Costumes;
 - d) Crenças e tradições;
- 5) Sobre a idade mínima como condição de elegibilidade, é incorreto:
- a) Trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
 - b) Trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
 - c) Vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
 - d) Vinte e um anos para Vereador;
- 6) A respeito dos direitos da personalidade, julgue as assertivas abaixo:
- I - O direito da personalidade é atributo exclusivo da pessoa natural, razão pela qual não se estende a proteção desse direito às pessoas jurídicas.
 - II - As pessoas jurídicas têm direitos fundamentais, tais quais o direito ao devido processo legal quando litigar judicialmente, a proteção jurídica ao nome e à honra subjetiva.
 - III - Como o código civil exige o nascimento com vida para a aquisição da personalidade civil, o nascituro não tem direito a indenização por danos morais pela morte do pai.
- a) Nenhuma está correta.
 - b) Apenas a assertiva I está correta.
 - c) Apenas a assertiva III está correta.
 - d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- 7) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- a) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
 - b) Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
 - c) Os menores de dezesseis anos.
 - d) Os índios isolados que não conhecem a cultura da sociedade envolvente.
- 8) São pessoas jurídicas de direito público internas:
- a) A União e as sociedades empresariais
 - b) Os Municípios e os partidos políticos
 - c) O Distrito Federal e as organizações religiosas
 - d) Os Estados e as autarquias
- 9) Sobre o regime jurídico dos bens públicos, assinale a alternativa correta:
- I - Os bens públicos de uso comum do povo, os de uso especial e os dominicais são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- II - Em regra, os bens públicos não estão sujeitos a usucapião, salvo os bens dominicais quando houver desafetação, observadas as exigências da lei.
- III - O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.
- a) Nenhuma está correta.
 - b) Apenas a assertiva I está correta.
 - c) Apenas a assertiva III está correta.
 - d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- 10) A cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico, oneroso ou gratuito, a um evento futuro e incerto denomina-se:
- a) Modo
 - b) Condição
 - c) Termo
 - d) Encargo
- 11) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

De acordo com organização administrativa do Estado, o Ministério Público:

I - Pertence a administração indireta por não se vincular ao Poder Executivo.

II - Decorre da descentralização administrativa.

III - Pertence a administração direta.

Julgue as assertivas:

a) Nenhuma está correta.

b) Apenas a assertiva I está correta.

c) Apenas a assertiva III está correta.

d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

12) É elemento que permite a discricionariedade de um ato administrativo:

a) Jurisdição

b) Motivo

c) Competência

d) Finalidade

13) Sobre a responsabilidade civil do estado, assinale a alternativa correta:

a) Adota-se como regra a teoria do Risco Administrativo.

b) O Estado sempre responde pelos danos causados por seus agentes.

c) Depende da apuração de culpa.

d) Não há necessidade de comprovação de nexo causal.

14) Possui caráter não punitivo:

a) Suspensão

b) Demissão

c) Exoneração

d) Advertência

15) São atributos do poder de polícia:

I - Discricionariedade

II - Autoexecutoriedade

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

III - Coercibilidade

- a) Nenhuma está correta.
 - b) Apenas I está correta.
 - c) Apenas I e II estão corretas.
 - d) Todas estão corretas.
- 16) Ao dispor sobre o Ministério Público, o Código de Processo Civil estabelece que:
- e) O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos individuais disponíveis.
 - f) O Ministério Público será intimado para intervir como fiscal da ordem jurídica em todo e qualquer processo que tenha a participação da Fazenda Pública.
 - g) O Ministério Público, como regra, goza de prazo simples para manifestação, salvo quando ocorrer menção expressa do juízo concedendo prazo em dobro.
 - h) O membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- 17) O juizado especial cível da justiça federal é competente para processar e julgar:
- i) Causa entre Estado estrangeiro e pessoa domiciliada no Brasil.
 - j) Ação sobre bem imóvel da União.
 - k) Ação de anulação de ato administrativo federal de lançamento fiscal.
 - l) Mandado de segurança referente a disputa sobre direitos indígenas.
- 18) No que diz respeito ao Termo de Ajustamento de Conduta, assinale a alternativa correta:
- m) O Ministério Público tem legitimidade exclusiva para realizar termos de ajustamento de conduta.
 - n) Realizado o termo, este passa a ter força de título executivo judicial, podendo ser executado por meio de cumprimento de sentença.
 - o) O termo de ajustamento de conduta só se torna exigível após a homologação pelo Poder Judiciário.
 - p) O termo de ajustamento de conduta é prescindível à ação civil pública.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- 19) O MPF ajuizou ação coletiva em face da companhia telefônica "Fale Mais", visando obter reparação pelos danos materiais e morais coletivos causados pela realização de cobrança indevida em relação a vários consumidores. O processo foi sentenciado no dia 19/02/2018, segunda-feira, oportunidade em que o MPF foi intimado, tendo o juiz condenado a empresa ré ao pagamento de R\$ 50.000,00 a título de danos materiais, nada tendo mencionado sobre os danos morais coletivos. O autor, então, apresentou embargos declaratórios no dia 27/02/2018, terça-feira seguinte, sendo estes:
- a) Intempestivos, suspendendo o prazo para interposição de outro recurso contra a sentença.
 - b) Tempestivos, suspendendo o prazo para interposição de outro recurso contra a sentença.
 - c) Tempestivos, interrompendo o prazo para a interposição de outro recurso contra a sentença.
 - d) Intempestivos, interrompendo o prazo para a interposição de outro recurso contra a sentença.
- 20) Segundo a doutrina de processo penal, são características do inquérito policial:
- a) Indispensabilidade, oficialidade e sigiloso.
 - b) Oficiosidade, disponibilidade e inquisitivo.
 - c) Autoritariedade, inquisitivo e indisponibilidade.
 - d) Discricionariedade, oficialidade e publicidade.
- 21) Contra a decisão que concede liberdade provisória cabe:
- a) Mandado de segurança.
 - b) Recurso em sentido estrito.
 - c) Agravo de instrumento.
 - d) Habeas corpus.
- 22) A legitimidade para a propositura de ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções é:
- a) Exclusiva do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- b) Concorrente do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido.
 - c) Concorrente do ofendido, mediante representação, e do Ministério Público, mediante ação pública incondicionada.
 - d) Exclusiva do ofendido, mediante queixa.
- 23) Ocorrido um crime de roubo perpetrado na cidade de Cuiabá-MT contra agência bancária da Caixa Econômica Federal, em que tenha havido a subtração de dinheiro do caixa, a competência para a ação penal é da:
- a) Justiça Estadual
 - b) Justiça Federal
 - c) Justiça Federal ou Estadual, a depender da regra de prevenção
 - d) Justiça Federal ou Estadual, a depender se o inquérito foi conduzido pela Polícia Federal ou Polícia Estadual.
- 24) Sobre a aplicação da lei penal, é correto afirmar que:
- a) Lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante a sua vigência.
 - b) O Código Penal adotou o princípio da territorialidade, em relação à aplicação da lei penal no espaço. Tal princípio é absoluto, não admitindo qualquer exceção.
 - c) A aplicável para os crimes permanentes será aquela vigente quando se iniciou a conduta criminosa do agente.
 - d) Transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao Juízo do Conhecimento a aplicação da lei mais benigna.
- 25) São elementos caracterizadores do concurso de pessoas (coautoria e participação em sentido estrito), entre outros:
- a) Liame subjetivo e pluralidade de infrações penais.
 - b) Acordo de vontades entre os agentes e relevância causal das condutas.
 - c) Pluralidade de agentes e pluralidade de infrações penais.
 - d) Liame subjetivo e relevância causal das condutas.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- 26) G.F.T., servidor público municipal, com o objetivo de obter vantagem patrimonial ilícita para si, utilizou papel-moeda grosseiramente falsificado para efetuar pagamento de compras de alto valor em um supermercado de Cuiabá. Em face deste caso concreto, assinale a opção correspondente à figura típica do delito praticado pelo agente:
- a) Moeda falsa.
 - b) Fraude no comércio.
 - c) Concussão.
 - d) Estelionato.
- 27) Sobre a lei de organização criminosa e o instituto da colaboração premiada, é incorreto afirmar:
- a) O Ministério Público poderá deixar de oferecer denúncia contra o colaborador líder da organização criminosa, tendo em vista a efetividade da colaboração premiada.
 - b) O juiz não participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração.
 - c) O perdão judicial, como causa de extinção da punibilidade, condiciona-se à efetividade da colaboração, por ser requisito legal cumulativo ao da voluntariedade.
 - d) Quem impede ou embaraça a investigação de infração que envolve organização criminosa está sujeito a punição idêntica à de quem integra organização criminosa.
- 28) De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Ministério Público é:
- a) Um órgão de controle vinculado ao Legislativo, junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Controladoria-Geral da União (CGU).
 - b) Uma instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e de assessoramento jurídico do Poder Executivo.
 - c) Uma instituição permanente que integra as funções essenciais à justiça conjuntamente com a defensoria pública e a advocacia pública.
 - d) Um órgão do Poder Judiciário.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

- 29) Sobre o Procurador Geral da República, assinale a alternativa correta:
- a) É o chefe do Ministério Público da União, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos.
 - b) Não possui legitimidade para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.
 - c) Não possui assento no Conselho Nacional do Ministério Público.
 - d) Em matérias criminais, possui foro por prerrogativa de função no Superior Tribunal de Justiça.
- 30) Sobre a carreira do Ministério Público Federal, as prerrogativas e vedações de seus membros, assinale a alternativa correta:
- a) Os Procuradores da República possuem a garantia da vitaliciedade após 3 anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
 - b) Os Procuradores Regionais da República são designados para officiar junto aos Tribunais Regionais Federais.
 - c) É vedado ao membro do MPF exercer outra função pública, inclusive a de magistério.
 - d) O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, dois anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.